

## Mulheres operárias na Porto Alegre da virada do século XIX para o XX

Isabel Aparecida Bilhão <sup>1</sup>

### RESUMO:

A comunicação analisa o momento em que as mulheres passaram a ocupar, na virada do século XIX para o XX, espaços anteriormente predominantemente masculinos e no qual já não havia mais como ignorar sua presença no mundo produtivo porto-alegrense. Discutem-se as formas de reconhecimento da presença feminina tanto no mundo produtivo quanto no movimento operário e também as relações identitárias nas quais essas trabalhadoras estavam inseridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, Trabalho e Gênero.

Um dos pontos marcantes do período analisado nessa comunicação é o fato de que a maioria dos aproximadamente cinco mil trabalhadores de Porto Alegre eram homens e imigrantes europeus<sup>2</sup>, dominando tanto a vida produtiva quanto a incipiente organização operária da cidade, formando aquilo que Bourdieu definiu como “a ordem masculina”, ou seja, uma visão de mundo “tão profundamente arraigada que não precisa de justificação: ela se impõe como auto-evidente, universal” e “tende a ser tida como certa em virtude da concordância quase perfeita e imediata que estabelece entre, por um lado, estruturas sociais, como as expressas na organização social do espaço e do tempo e na divisão social do trabalho, e, por outro, nas estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes”<sup>3</sup>.

Portanto, mesmo a análise sobre a participação das mulheres no mundo operário parte de “um olhar masculino”, uma vez que os textos que a embasam, publicados na imprensa operária, foram escritos por homens falando *sobre* a “condição feminina”. Assim, como destaca Silvia Petersen, se, por um lado, essa imprensa “reconhece e denuncia a desigualdade da mulher em relação ao homem, considerando-a uma consequência da dominação capitalista”, por outro, “esta percepção se dá dentro do marco da dominação patriarcal e do reconhecimento de uma ‘natureza feminina’, o que se revela inclusive nas denúncias mais enfáticas que os jornais fazem sobre a opressão da mulher”<sup>4</sup>.

Mas, embora levando em consideração esse fator limitante da análise, não se pode

---

<sup>1</sup> Departamento de História da UEL (bilhao@uel.br)

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 69-70.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. “A dominação masculina revisitada”. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998, p. 18.

<sup>4</sup> PETERSEN, Silvia. “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”. *Revista História*, Porto Alegre, 1, 1986/87, p. 86.

perder de vista o fato de que, com o aparecimento e expansão das novas fábricas, especialmente as têxteis e alimentícias, que passaram a utilizar em maior escala a mão-de-obra feminina, as mulheres começaram se fazer notar cada vez mais nos espaços públicos e nos locais de trabalho, já não sendo mais possível negar a importância e as modificações que essa nova participação trouxe aos códigos identitários do mundo operário.

É importante salientar, nesse sentido, que as mulheres porto-alegrenses começaram a entrar no mundo do trabalho no momento em que as oficinas estavam dando lugar às fábricas e elas passaram a trabalhar em um ambiente onde as relações impessoais e o aumento da distância entre os donos das empresas e os funcionários possibilitaram o desenvolvimento de práticas que permitiam uma exploração ainda maior do trabalho.

O que se pode notar, na grande maioria dos relatos da imprensa operária, no que se refere ao trabalho feminino em Porto Alegre, é o acentuado caráter de exploração a que elas estavam submetidas. Alguns exemplos nesse sentido: na fábrica *Companhia Fabril Porto-alegrense* três quartos dos empregados eram mulheres, trabalhando por baixos salários, em condições insalubres. Em relação a essa indústria, *A Luta* denunciou o fato de que, algumas vezes, o preço das agulhas era deduzido do já minguado salário das operárias. Além disso, a disciplina era extremamente rígida, as multas e confiscos por faltas como atrasos, conversas durante o trabalho, ler ou subir as escadas de tamancos, variavam entre 100 e 500 mil réis, o que representava de um a cinco meses de salário da operária<sup>5</sup>.

Além disso, pode-se perceber que a entrada das mulheres no mundo produtivo suscitou um amplo debate, via imprensa, sobre o novo papel da mulher e os riscos e conseqüências dele decorrentes para a sociedade e para as famílias.

Um dos principais riscos, que já vinha sendo mencionado, de longa data, era o abandono à família. Assim, o jornal *Gazetinha* informava, em 1899, sobre a existência de uma “malta enorme de meninos rudes e turbulentos”, em sua maioria italianos, abandonados nas ruas de Porto Alegre, com a entrada de suas mães nas novas fábricas, concluindo o articulista que “estes meninos estavam nas ruas porque não tinham ninguém em casa para educá-los”<sup>6</sup>.

Além do abandono à família, a entrada das mulheres no mundo produtivo também era vista como um risco porque elas ficavam expostas às regras da conduta masculina, que poderiam ofendê-las ou até mesmo desonrá-las. Nesse sentido, um cronista do *Gazetinha* lamentava que “os pobres ouvidos castos das caixeiras do *Colombo* e do *Café Central!*”

<sup>5</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 15/12/1906, p. 2.

<sup>6</sup> *Gazetinha*, Porto Alegre, 16/01/1899, p. 1.

sofressem com os palavrões ou “sátiras de sarjeta”, que lhes eram ditas pelos freqüentadores daqueles estabelecimentos, concluindo que as mulheres não deveriam ser empregadas nos cafés, com o argumento de que a “mulher é fraca, não repele porque é sempre uma haste delicada, engole os mais atrevidos insultos para na solidão do quarto modesto, sem ser miserável, digeri-los com abundantes e copiosas lágrimas”<sup>7</sup>.

Já entrado o século XX, o jornal socialista *A Democracia* continuou lamentando os ultrajes sofridos pelas senhoras e meninas das classes pobres que, precisando trabalhar, se encontravam “nas ruas, nos bondes e em outros lugares públicos, desamparadas da presença do pai, irmão ou qualquer outra companhia que imponha respeito”, denunciando que

São comuns em Porto Alegre os indivíduos bem trajados, desde fedelhos, que [...] andam a fazer *conquerants*, faltando aos mais comezinhos princípios de educação, perseguindo as mulheres desacompanhadas de homem. As vítimas desses canalhas de colarinho em pé são, na maioria dos casos, as pobres costureiras, cigarreiras e empregadas em estabelecimentos industriais<sup>8</sup>.

A mulher, exposta a todos esses riscos, poderia não apenas sucumbir à sedução de algum *Don Juan*, ou ter seus castos ouvidos enxovalhados por palavras de baixo calão, como também poderia perder sua pureza de corpo e de alma, deixar seus filhos entregues à sorte, criados na rua e expostos à delinqüência. Havia, entretanto, um outro risco que costumava ser denunciado nas páginas dos jornais, o “feminismo”.

Segundo um texto publicado no *Gazetinha*, ainda em 1899, a “pacatíssima” capital estava sofrendo com a influência de um grupo de “bem intencionados e irrefletidos que andam a falar aereamente do feminismo”. A acusação do articulista era a de que esses feministas estavam promovendo a “inconveniente exposição de três ou quatro respeitáveis senhoras de operários, fazendo-as presidir e secretariar reuniões de *marmanjos* sem que as mesmas senhoras perceberem a figura que faziam em tais casos”. E seguindo no tom de crítica perguntava: “digam-nos os tais feministas de nova espécie, qual é a vantagem séria e honesta que advém aos homens serem substituídos por mulheres em seu serviço?”<sup>9</sup>.

O problema, segundo o artigo, não estava no fato da mulher passar a ser melhor instruída ou conquistar direitos políticos, mas sim que ela abandonasse “os serviços que lhe competem para ir tomar conta dos que devem ser exercidos pelos marmanjos”. E, continuando

<sup>7</sup> *Gazetinha*, Porto Alegre, 29/12/1895, p. 3.

<sup>8</sup> *A Democracia*, Porto Alegre, 14/2/1907, p. 2.

<sup>9</sup> *Gazetinha*, Porto Alegre, 7/6/1899, p. 2.

em tom de aconselhamento, dizia,

Não há nada mais inconveniente do que provocar a vaidade de uma mulher. Imagine-se o seguinte: qualquer senhora de operário é escolhida hoje para ser presidente ou secretária em determinada reunião; vai a esta e, na certa, faz fiasco, visto faltar-lhe o conhecimento *do que são estas trapalhadas* ou porque, o que é muito comum, em virtude de seus afazeres domésticos, desde que se casou abandonou a dedicação à leitura e à escrita.

Ainda na opinião desse articulista, apesar dos elogios que pudessem ser recebidos, a mulher que por ventura participasse dessas reuniões, logo perceberia que poderia ter se saído melhor e, em casa, começaria a preparar-se para a próxima sessão, escrevendo o discurso e decorando-o com afinco. Aí iniciar-se-ia um novo problema pois

[...] se tem alguma inteligência, o transtorno quanto aos serviços domésticos não é muito grande; porém se não é dotada de tal felicidade... aí está o diabo na casa. Pode o filhinho de peito estar a chorar, *mamã, mimica*, horas e horas; podem as piugas (sic) do marido estar em petição de miséria a reclamar, ao menos uns *pontos de marinheiro*; pode o feijão estar torrando na panela; podem faltar na capinha da filha mais velha uns *pés de galinha* que, qual! a presidente ou secretária não tem tempo para estas coisas, está estudando um discurso ou praticando em leituras e feitura de atas.

Na conclusão do artigo mais um conselho: “promova-se a instrução da mulher, porém nunca a sua vaidade”. E ainda, um último aviso: “Isso de andar a virar a cabeça de senhoras de operários, e convencê-las de sua aptidão para substituir os homens, é *engrossamento* muito prejudicial aos próprios interesses dos trabalhadores. [...] Essas vossas brincadeiras bem vos podem sair caras, amanhã ou depois...”<sup>10</sup>.

Esse artigo ajuda a perceber um conflito predominante da época, não apenas a respeito do papel da mulher na sociedade e na família, mas também em relação à sua participação nas associações operárias. Segundo o texto, atribuir tarefas às mulheres participantes das reuniões sindicais era, ao mesmo tempo, alimentar-lhes a vaidade e prejudicar o bom andamento da vida familiar porque elas, desacostumadas à leitura e à escrita, “na certa” se sairiam mal em suas novas atribuições e teriam que compensar sua falta de preparo descuidando-se da família, sua “vocação natural”. Além disso, o articulista condenava o fato dessas mulheres virem a

<sup>10</sup> *Gazetinha*, Porto Alegre, 07/06/1899, p. 2.

“substituir” o “elemento masculino” em algumas das tarefas tidas como “naturalmente” competentes aos homens.

Nesse sentido, Petersen aponta para uma contradição persistente na imprensa operária que, por um lado, denuncia as “várias faces da discriminação do trabalho da mulher, bem como reconhec[e] que a libertação da mulher passa pela conquista de seus próprios meios de subsistência”, e, por outro, vem “acompanhada da apreensão que tal trabalho representa ao masculino”. Esta contradição, ainda segundo Petersen, revela-se especialmente na defesa de idéias como: “o lugar da mulher é o lar, do qual não deve ser ‘arrancada’, a mulher pode aceitar menores salários por ‘encontrar em seu sexo meios complementares de existência’, a mulher sempre pode viver com muito menos do que o homem, pois suas necessidades [ou obrigações] são menores”<sup>11</sup>.

Esse não é, entretanto, um pensamento restrito ao movimento operário porto-alegrense. Pelo contrário, é possível encontrar, em estudos sobre a organização sindical no final do século XIX, reiteradas menções a uma “oposição universal” à participação da mulher. Nesse sentido, conforme assinala Rachel Soihet, referindo-se ao caso dos norte-americanos e franceses,

[...] muitos sindicatos funcionavam como clubes masculinos, cujos membros consideravam que a presença feminina impediria a sua liberdade. E o assédio sexual, tanto por parte dos supervisores quanto dos colegas de trabalho, constituiu uma séria afronta que as mulheres trabalhadoras tiveram que suportar e que contribuiu para que se sentissem indesejadas nos ‘espaços de homens’<sup>12</sup>.

Mas, se o articulista gaúcho pensava em conformidade com o “espírito da época”, podemos perceber, contudo, que seu texto incentivava, ou ao menos não desaprovava, que as mulheres fossem instruídas. Nesse sentido, cabe destacar uma das particularidades da construção da imagem feminina no Rio Grande do Sul: sob fortes influências do ideário positivista da época, conferia-se à mulher a “superioridade espiritual” sobre os homens, atribuindo-lhe, como funções fundamentais, a maternidade, a guarda do lar e a instrução dos filhos, garantindo assim, não apenas a manutenção da espécie, mas também “o desenvolvimento moral da humanidade através da educação”<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> PETERSEN. “A mulher...” p. 89.

<sup>12</sup> SOHIET, Rachel. “História das mulheres...”, p. 286.

<sup>13</sup> A respeito da influência do positivismo no ideário sobre “o feminino”, na época, ver: ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995; e LEAL, Elizabete da Costa. *O*

Entretanto, a importância do papel educativo da mulher no interior da família não é monopólio do pensamento positivista. Essa visão foi reafirmada ao longo desse período também pelas lideranças anarquistas e socialistas. Assim, percebe-se que, se a participação feminina muitas vezes era vista com restrição no meio operário, por outro lado, havia uma quase unanimidade em defesa da educação das mulheres, que viria a se refletir na formação emancipadora dos “homens do futuro”.

Ilustrativo, nesse sentido, é um artigo enviado de Portugal pelo militante anarquista Pinto Quartim, publicado pelo *A Luta*. Nele, o jornalista iniciava indagando: “quereis ser livres, mulheres? Quereis sorver o prazer inefável da liberdade? Quereis enfim viver?” A essas questões a resposta inevitável: “- instruí-vos! Procurai a verdade, e quando de posse d’ela sereis livres e sereis felizes”. E exortava ainda que as mulheres passassem a fazer novas escolhas em suas vidas: “aos requintes da moda, ao luxo dos vestidos e aos prazeres mundanos, preferi os requintes da bondade, o luxo do coração e os prazeres da ‘vida intelectual’”<sup>14</sup>.

Um detalhe importante: esse texto foi publicado na edição comemorativa ao Primeiro de Maio de 1908 e, pela importância da data no calendário operário, pode-se imaginar que as mulheres estavam ocupando um papel cada vez mais destacado nas discussões e no pensamento das lideranças operárias.

Portanto, os líderes operários porto-alegrenses já vinham, em alguns momentos, realizando um *mea culpa* em relação a pouca importância conferida à mulher em seu trabalho de propaganda operária e esse foi o tema do discurso proferido por Pedro Tácito Pires, realizado durante as comemorações do segundo aniversário da *Liga Operária Internacional*, ainda em 1897.

Depois de salientar o sucesso alcançado com a propaganda operária nos dois primeiros anos de existência da entidade, o orador ponderou que essa ainda era “imperfeita e incompleta”, pois não havia sido feito o “mais necessário - a propaganda para a mulher”, propondo, em seguida, uma conduta que parecia ir à contramão do pensamento corrente, a de que os operários deveriam compartilhar com suas esposas os sofrimentos e angústias de que eram vítimas, abrindo mão da imagem de “fortalezas inexpugnáveis”, de provedores e mantenedores da família, para que, dessa forma, as mulheres pudessem não apenas

---

*Positivismo, o Partido Republicano, a moral e a mulher (1891-1913)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1996, (dissertação de mestrado).

<sup>14</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 1º/5/1908, p.2.

compartilhar de seus sofrimentos, passando a entendê-los mais profundamente, mas também para que elas perdessem as ilusões quanto ao sistema capitalista e passassem a vê-lo como o responsável, em última instância, pela miséria em que viviam suas famílias<sup>15</sup>.

Alguns anos mais tarde, *A Luta* publicou um artigo, com o sugestivo título de “O motivo porque o homem é violento”, onde, por um lado, procurava explicar ao público feminino que os homens desgraçados, arruinados e aflitos,

[...] não poderão ser bons, doces, pacíficos, tratáveis, eles que, na sua loteria da vida, jamais acertaram num número feliz. Eles, para quem as decepções e os pesares são o pão de cada dia. Eles que a existência passam torcendo as mãos na força do desespero [pois] O seu coração transborda de ressentimento e a sua boca está sempre apta para o insulto, a grosseria.

E, por outro, pedia que as mulheres, “companheiras queridas destes pobres desgraçados”, fossem indulgentes com os seus maridos e compreendessem que “se eles algumas vezes vos maltratam, a culpa não é inteiramente sua, mas também do meio social que os humilha, que os faz sofrer silenciosamente”<sup>16</sup>.

Esses eram textos dirigidos àquelas mulheres que ainda não haviam entrado ou, devido ao casamento e ao crescimento da família, haviam se retirado do mercado de trabalho. Sua principal característica era o aspecto pedagógico de que se revestiam, buscando mostrar às esposas dos operários as mazelas do trabalho e da sociedade capitalista na qual todos estavam inseridos.

Por outro lado, não podemos deixar de perceber que o aumento do número de mulheres operárias acabou por tornar inevitável o seu reconhecimento tanto no mundo produtivo quanto no movimento operário, e o fato de trabalhar fora, por mais que fosse criticado por alguns setores da sociedade, também começou a aparecer como um caráter dignificador que estendia às mulheres a honorabilidade do trabalho, fator importante para a construção da identidade operária feminina. Dessa forma, em 1901, o jornal *Avante* já havia publicado que “como parte integrante da sociedade e como membro produtor, a mulher tem o direito de intervir na vida pública do país e de exercer todas as profissões”. Reconhecendo as mulheres como “vítimas de imensas injustiças”, os socialistas reivindicaram a “garantia de

<sup>15</sup> *Gazetinha*, Porto Alegre, 21/11/1897, p. 1-2.

<sup>16</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 08/3/1908, p. 2.



direitos civis e políticos para as mulheres”<sup>17</sup>.

Os anarquistas porto-alegrenses também publicaram um artigo em defesa das mulheres trabalhadoras, orientando-as para que não permitissem que os capitalistas as fizessem trabalhar igual aos homens, ganhando salários mais baixos e exortando os homens para que não vivessem desocupados e cheios de vícios, explorando suas mulheres, e defendendo ainda a educação para as mulheres e que não lhes fosse negado o direito à voz em questões de sua incumbência direta<sup>18</sup>.

Além disso, os anarquistas publicaram, também n’A Luta, um texto no qual a exploração capitalista era denunciada através do trabalho feminino. Nele, uma costureira, símbolo da mulher operária, era usada como exemplo da contradição de interesses em relação às mulheres das classes abastadas. Dizia o texto:

[...] o último [suspiro] talvez daqueles pobres pulmões que não puderam resistir ao peso de tantos vestidos de noivas abastadas! A verdade é que surpreendemos no trabalho um cadáver! Ah, alegre desposada! Como não ficarás quando souberes amanhã que o teu alvo vestido foi manchado pelo fio de sangue onde o patologista encontrará os indícios do bacilo de Koch?<sup>19</sup>

Portanto, na virada do século XIX para o XX, já não havia mais como ignorar a presença das mulheres no mundo produtivo e não foram apenas as lideranças operárias que se ocuparam delas em seus escritos. Pode-se verificar, nesse período, uma verdadeira disputa, travada por amplos setores, em torno da imagem e do papel a ser desempenhado pelas mulheres diante dessa nova realidade.

Ilustrativo dessa situação será a construção de uma imagem de “heroína cívica”, realizada pelo jornal oficial do Governo do Estado, *A Federação*, em relação a uma das operárias da indústria têxtil da cidade, devido ao fato dela ter terminado seu relacionamento com o namorado, porque ele estava participando da greve de 1906. Nesse texto, a jovem era elogiada por nunca ter deixado o trabalho durante a greve, “apesar de todas as ameaças dos grevistas”<sup>20</sup>. Conforme a análise de Joan Bak

Esta jovem [...] se tornou um modelo de virtude cívica porque colocou sua obrigação de empregada, seu trabalho e a ordem pública acima de seu amor por um homem. Confrontada com as reclamações de lealdade pública e

<sup>17</sup> *Avante*, Porto Alegre, 24/2/1901, p. 2.

<sup>18</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 2/1/1907, p. 2.

<sup>19</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 15/12/1906, p. 2.

<sup>20</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 23/10/1906, p. 2.



peçoal, ela não escolheu a lealdade pessoal, que por tradição deveria ficar em primeiro lugar para as mulheres, mas as 'lealdades mais altas' inerentes à sua nova posição no reino público do mercado de trabalho e do dever cívico. É bem possível, porém, que a decisão desta jovem tenha sido ditada, na realidade, pela sua necessidade de salário para ajudar a sustentar seus pais e irmãos<sup>21</sup>.

Ainda durante a greve de 1906, a imprensa comercial da cidade apresentou um outro exemplo de virtude da mulher trabalhadora, o *Correio do Povo* publicou que, em uma fábrica de doces, duas jovens operárias chamavam pela janela seus colegas homens, que estavam fora, para que eles voltassem ao trabalho. A moral, segundo o articulista, era de que "as moças estão dando o exemplo de coragem e de amor ao trabalho ao sexo forte"<sup>22</sup>.

Nessas imagens, as mulheres adquiriam a virtude de coragem, tradicionalmente vista como masculina, mas sua postura permanecia tradicionalmente "feminina". Elas continuavam fechadas dentro da fábrica, como se estivessem em casa. A fábrica acabava por se tornar um lugar seguro dos perigos da rua, sua imagem comum, como sendo hostil à mulher ou favorável à promiscuidade sexual, foi (ao menos momentaneamente) deixada de lado<sup>23</sup>.

Some-se a isso o fato de que alguns setores da economia começavam a se especializar no atendimento às mulheres e, nesse caso, o trabalho feminino podia ser utilizado como um fator publicitário. Esse é o exemplo da *Fábrica de roupa branca de GUELPHO ZANIRATTI*. Conforme seu anúncio, essa fábrica dispunha de "hábeis costureiras e duas especialíssimas mestras" e por isso estava em "condições de atender a todas e quaisquer encomendas que lhe fo[ssem] dirigidas", destacando ainda que "na seção de senhoras, as exmas. famílias encontrarão pessoa do seu sexo com quem se entenderão relativamente às encomendas"<sup>24</sup>.

Tratava-se de um momento em que as mulheres passavam a ocupar, ainda que discretamente, espaços antes predominantemente masculinos. Entretanto, não podemos esquecer que a identidade feminina era assinalada por uma visão social predominantemente masculina que influía tanto na maneira como as mulheres eram reconhecidas como operárias, quanto em suas ações objetivas de pertencimento ao operariado.

Dessa forma, a identidade de operária estava intimamente ligada à identidade de gênero; isso significa que para as mulheres operárias a conduta socialmente aceita estava

<sup>21</sup> BAK, Joan. "Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre". *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul (RS): EDUCS, v.2, n.4, jul.-dez./2003, p. 216.

<sup>22</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/10/1906, p.2

<sup>23</sup> BAK. *Classe, etnicidade...*, p. 216.

<sup>24</sup> *Gazetinha*, Porto Alegre, 5/3/1896, p. 4.

impregnada dos cânones da época, definidores da “feminilidade”. Das operárias esperava-se e exaltava-se a graça, a delicadeza e a manifestação pública da forma socialmente aceita como “feminina”. Em suas participações nos *meetings*, passeatas, protestos, elas apareciam cantando, declamando poesias, distribuindo flores, portando laços e fitas, levando consigo bandeiras e estandartes e carregando seus filhos. Assim, contribuía para a publicização do movimento tornando-o mais bonito e socialmente aceitável.

Nesse sentido, a imprensa já fornecia, desde o final do século XIX, exemplos desse tipo de participação das mulheres, geralmente “senhoritas”, em atos públicos, festas ou solenidades do trabalho, especialmente nas comemorações do Primeiro de Maio.

Também em momentos como a greve de 1906, as mulheres acabaram se destacando publicamente. Muitos observadores das passeatas, realizadas durante essa greve, ficaram surpresos ao ver a grande quantidade de mulheres entre os manifestantes. O jornal *Correio do Povo*, por exemplo, chegou a definir o número de mulheres participantes do movimento como “enorme”<sup>25</sup>.

O movimento grevista havia começado basicamente com a participação de homens de variadas categorias profissionais, mas foi com a adesão das operárias das indústrias têxteis, de vestuário e de doces, que o movimento se generalizou<sup>26</sup>.

Além disso, através de suas demonstrações de apoio ao movimento, as mulheres contribuíram para que a greve ganhasse uma nova dimensão pública: algumas operárias passaram a teatralizar sua adesão ao movimento rasgando seus vestidos e fazendo topes vermelhos que usavam orgulhosamente no peito, outras marcharam juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho e reivindicando a jornada de oito horas de trabalho.

Situações que fazem perceber que a utilização de diferentes símbolos, como ramalhetes de flores, laços vermelhos, bandeiras e estandartes e o emprego de uma determinada linguagem, podem ser consideradas como manifestações de uma identidade operária em construção, teatralizada e apresentada publicamente, mas podem demonstrar ainda as distintas percepções de como homens e mulheres deveriam construir sua identidade operária, a partir das diferenças na constituição de suas identidades de gênero.

Voltando à greve de 1906, no decorrer do movimento os líderes operários também compreenderam a importância das mulheres participarem publicamente, Carlos Cavaco chegou a convidar suas irmãs a tomarem parte em algumas das atividades. Assim, no dia 8 de

<sup>25</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/10/1906, p. 1.

<sup>26</sup> *Petit Journal*, Porto Alegre, 4/10/1906, p. 2.

outubro, por ocasião de um discurso no Salão 1º de Maio, no Bairro Navegantes, “as senhoritas Rosina, Magdalena e Matilde, ostentando flores vermelhas no peito, estavam entre as operárias sendo saudadas a cada momento<sup>27</sup>.”

Contudo, o que algumas operárias não observaram, é que a principal reivindicação dos grevistas – a redução da jornada de trabalho – poderia afetar negativamente suas vidas. A resposta dos donos de uma fábrica de gravatas a essa reivindicação foi a de que “elas poderiam trabalhar até duas horas por dia se quisessem, porque elas eram pagas por peças”<sup>28</sup>. Em relação a esse fato, Joan Bak pondera que

Esta resposta deixava claro que o pedido de oito horas diárias por parte das mulheres não fazia sentido, porque não refletia as condições objetivas de suas próprias vidas de trabalho. [...] Estas mulheres perceberam abruptamente que sua posição na estrutura de classes emergente as separava dos trabalhadores (masculinos e femininos) que eram pagos por dia ou por hora. Dessa forma, abandonaram a greve.<sup>29</sup>

No final da primeira semana de greve, os líderes do movimento já haviam resolvido esse equívoco, especificando, nas negociações com o patronato, que os valores pagos por tarefa deveriam aumentar para que a adoção da jornada de oito horas não significasse perda para as operárias<sup>30</sup>.

Ou seja, mesmo que a participação feminina no movimento operário ainda fosse muito incipiente e que o reconhecimento de sua situação no mercado de trabalho, como esse de 1906, ocorresse em casos isolados, pode-se perceber que a entrada das mulheres no mundo produtivo suscitou o aumento de sua convivência com os homens no interior das fábricas, nas ruas e bondes da cidade e o fato de estarem lado a lado em passeatas, manifestações e momentos comemorativos, etc. contribuiu significativamente senão para a transformação das tradicionais atribuições de gênero – uma vez que muitas das relações familiares patriarcais continuaram sendo mantidas no interior das fábricas – ao menos para dar visibilidade a uma parcela crescente de operárias que traziam para o interior do mundo do trabalho, além de novas demandas e reivindicações, a transformação das formas reivindicativas influenciadas por sua identidade de gênero.

Assim, a entrada das mulheres no mundo operário significou não apenas o aumento no

<sup>27</sup> *Petit Journal*. Porto Alegre, 9/10/1906, p. 2.

<sup>28</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9/10/1906, p. 1

<sup>29</sup> Bak. “Classe, etnicidade...” p. 212-213.

<sup>30</sup> *Petit Journal*, Porto Alegre, 11/10/1906, p. 2.

número de trabalhadores e novas formas de concorrência, mas também novas possibilidades de cooperação, novas maneiras de representar simbolicamente a luta operária e novas perspectivas na construção da identidade operária da cidade.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BAK, Joan. “Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre”. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul (RS): EDUCS, v.2, n.4, jul.-dez./2003.
- BOURDIEU, Pierre. “A dominação masculina revisitada”. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998.
- ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário* (BAK, Joan. “Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre”. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul (RS): EDUCS, v.2, n.4, jul.-dez./2003/1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- LEAL, Elizabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano, a moral e a mulher (1891-1913)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, dissertação de mestrado, 1996.
- PENA, Maria Valéria Junno. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na construção do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PETERSEN, Silvia. “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”. *Revista História*, Porto Alegre, 1, 1986/87.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.